

LEI Nº , DE DE DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 11. 416, de 15 de dezembro de 2006 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.....

III - área administrativa, compreendendo os serviços relacionados com recursos humanos, material e patrimônio, licitações e contratos, orçamento e finanças, controle interno e auditoria, **polícia administrativa**, transporte e outras atividades complementares de apoio administrativo.

Art 4º .....

§ 2º Aos ocupantes do cargo da Carreira de Analista Judiciário – área administrativa e da Carreira de Técnico Judiciário – área administrativa cujas atribuições estejam relacionadas **à segurança institucional, responsáveis pelo exercício do poder de polícia administrativa**, são conferidas as denominações de **Inspetor e Agente de Polícia Judicial**, respectivamente, para fins de identificação funcional.

Art. 5º.....

**§ 9º Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão da área de segurança institucional serão providos pelos servidores mencionados no § 2 do Art. 4º desta Lei, por período não superior a quatro (4) anos ininterruptos, que satisfaçam os seguintes requisitos:**

**I – idoneidade moral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal;**

**II – possuir mais de cinco anos de efetivo exercício de atividade policial judicial.**

**§º 10 º Os Órgãos do Poder Judiciário da União destinarão assento nas Comissões Disciplinares, de um membro entre os servidores mencionados**

**no § 2 do Art. 4º desta Lei, com pelo menos cinco anos de efetivo exercício policial, para os trabalhos de apuração de infrações de natureza disciplinar relacionadas a fatos da atividade policial.**

Art. 7º.....

§ 1º Os órgãos do Poder Judiciário da União poderão incluir, como etapa do concurso público, programa de formação, de caráter eliminatório, classificatório ou eliminatório e classificatório.

**§ 2º O ingresso nos cargos descritos no § 2 do Art. 4º desta Lei dar-se-á mediante aprovação em concurso público, constituído de duas fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de provas e títulos, teste de aptidão física (TAF) e de exame psicotécnico e a segunda constituída de curso de formação profissional.**

Art. 9º.....

**§ 3º Aos ocupantes dos cargos descritos no § 2º do Art. 4º desta Lei, é obrigatória a participação em curso de capacitação anual, com finalidade de desenvolvimento policial contínuo, realização de atividade operacional, progressão e promoção funcionais, sem prejuízo das ações de capacitação ao longo da carreira.**

**§ 4º O servidor será dispensado da participação do programa de capacitação anual nos seguintes casos:**

**I - Em estado de gravidez comprovado por inspeção médica oficial do Tribunal;**

**II - Em gozo de licença à gestante, conforme art. 207 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;**

**III - Com incapacidade física temporária comprovada por junta médica oficial do tribunal.**

**§ 5º O previsto no § 4º deste artigo implica dispensa do servidor na respectiva etapa em que ocorrerem as circunstâncias indicadas nos incisos I, II ou III.**

Art. 17 Fica instituída a **Gratificação Policial Judicial – GPJ**, devida exclusivamente aos ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário referidos no § 2 do Art. 4º desta Lei.

.....

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em

comissão, **exceto para aqueles relacionados à área de policiamento e segurança institucional.**

§ 3º **REVOGADO**”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de     de 2021.

## JUSTIFICATIVA

Reafirmando o compromisso de bem representar os seus filiados e todos os servidores da base, o SINDJUS-DF elaborou a presente proposta de alteração legislativa com o objetivo de conferir maior segurança jurídica à Polícia Judicial, organizada pela Resolução CNJ nº 344/2020.

As sugestões ora encaminhadas visam transportar as conquistas obtidas por meio da Resolução CNJ nº 344/2020 em duas colunas fundamentais: a primeira: referente à delegação do poder de polícia administrativa, o enquadramento na Polícia Judicial dos servidores da carreira responsáveis pela Segurança Institucional, independente da regulamentação pelos Tribunais, e a identificação funcional já pacificada no âmbito do CNJ “Inspetor e Agente de Polícia Judicial”; e a segunda: referente à gratificação destinada à polícia administrativa (atual GAS), que precisa ser adequada à nova realidade funcional, com a possibilidade de recebimento cumulativo com o exercício de funções e cargos comissionados na área da Segurança Institucional (Polícia Judicial), a desvinculação da percepção da gratificação com a aprovação no curso obrigatório de aperfeiçoamento anual, e a consolidação da referida gratificação como inerente a carreira de Polícia Judicial e não mais vinculada à atividade.

A proposta não traz nenhuma inovação jurídica, apenas adequações necessárias uma vez que a carreira já foi organizada no âmbito administrativo (Resolução CNJ nº 344/2020), mas visa conferir maior segurança jurídica para a Polícia Judicial. O próprio Poder Judiciário já manifestou esse entendimento, por meio de resolução, sendo, portanto, ponto pacífico dentro da Instituição, contudo, no voto do Relator, o Conselheiro Mário Guerreiro, ficou explicitado à importância de se levar o tema da decisão administrativa ao crivo do Congresso Nacional, a fim de definir a extensão da atuação da Polícia Judicial, senão vejamos:

“Nesse sentido é que exsurge a necessidade de robustecer os normativos deste Conselho sobre a matéria, por meio, agora, do disciplinamento das atividades dos agentes e inspetores da polícia judicial e do exercício do poder de polícia administrativa no âmbito interno dos tribunais, dada a importância dessa categoria de servidores na busca pela efetiva preservação da segurança institucional do Poder Judiciário, **sem olvidar, por certo, a relevância e conveniência de adensamento normativo pelo**

**próprio Poder Legislativo, urgindo o encaminhamento de projeto de lei sobre essa temática para deliberação pelo Congresso Nacional, a fim de que se tenha uma definição quanto à extensão do poder de polícia conferido à categoria dos agentes e inspetores da polícia do Poder Judiciário.** Autos: ATO NORMATIVO - 0006464-69.2020.2.00.0000, Conselheiro MÁRIO GUERREIRO.

Diante do exposto, o Sindjus-DF encaminha a presente proposta de alteração da Lei 11.416/2006 (Lei de carreira do Poder Judiciário da União), para regulamentação da Polícia Judicial, como medida de interesse público e alta relevância para o aperfeiçoamento da organização do Poder Judiciário da União.